



Interpelação escrita

Peritos e académicos afirmam que a educação cívica é uma actividade de formação que fornece aos indivíduos, enquanto cidadãos, conhecimentos sobre o exercício de direitos e a assunção de deveres. Através do material didáctico e do método de ensino empregue, esta actividade visa dar a conhecer aos alunos os direitos e deveres dos cidadãos, a relação entre a pessoa e a comunidade, a democracia, o cumprimento da lei, entre outros. A moral é uma matéria ministrada em educação cívica, por exemplo: “alguns académicos, num texto intitulado ‘Comentários à formação moral pública’, afirmam que a moral se subdivide em ‘moral pública por acção’ e ‘moral pública por omissão’. A ‘moral pública por omissão’ consiste em que um indivíduo deve evitar que a sua conduta ou o seu comportamento prejudiquem os outros ou o público. Trata-se de um acto de não praticar determinados actos, por outras palavras, não contrariar o mínimo exigido pela sociedade. Sempre que as pessoas forem autodisciplinadas, a ordem pública, enquanto disciplina reconhecida por todos, poderá ser basicamente concretizada. A ‘moral pública por acção’ consiste num acto, por iniciativa do indivíduo, para dar um contributo aos outros, à sociedade ou até ao país. São, no total, 18 situações que demonstram em concreto a ‘moral pública por acção’ e a ‘moral pública por omissão’. Quanto à violação da ‘moral pública por omissão’, as situações compreendidas são as seguintes: não ser pontual; faltar aos convívios sem justa causa; danificar plantas nos jardins e entrar em locais proibidos; pintar, sujar e denegrir as paredes,



nomeadamente as dos templos; sujar os lavatórios dos serviços públicos ou dos estabelecimentos públicos; causar perturbações aos outros nos transportes, puxar coisas pesadas, danificar as vias; adquirir interesses próprios nas obras de natureza pública, entre outras. A 'moral pública por acção' compreende as seguintes situações: enveredar pelo caminho da autodisciplina; rectificar os maus hábitos; conjugar esforços com residentes urbanos e rurais; prestar rapidamente socorro aos órfãos, viúvas e incapazes que estão a ser enganados por manhosos; salvar e ajudar os pobres e portadores de deficiência; prestar, na medida do possível, apoio às actividades de caridade do país; prestar atenção à economia do país para evitar injustiças no comércio externo, etc...".

Contudo, olhando para a situação, verifica-se que o resultado da educação cívica implementada pelo Governo da RAEM não atinge ainda o nível da moral pública, definido pelos académicos. Por exemplo: no dia-a-dia em Macau, o atravessar de uma rua é uma coisa normal, mas há sempre alguém que não cumpre as regras de trânsito, originando acidentes. O número de acidentes decorrentes do passar com o sinal vermelho, não ceder prioridade aos peões que estão a passar na zebra e atravessar as ruas fora das passadeiras tem vindo a aumentar anualmente. Segundo os dados actualizados do Corpo de Polícia de Segurança Pública, nos primeiros 9 meses de 2014, o número de casos de passar com o sinal vermelho atingiu 1 723, uma diferença de 25,13%, contra 1 377 no período homólogo do ano passado; o número de casos de atravessar a rua fora das passadeiras atingiu 1 707, uma



diferença de 745,05%, contra 202 no período homólogo do ano passado. Em 2013, foram 4 os casos que envolveram mortes decorrentes da não cedência de prioridade aos peões que estavam a passar na zebra ou nos cruzamentos, mas o número desses casos já atingiu 5, até aos primeiros 9 meses deste ano. Outro exemplo é que, no âmbito da ecologia, a sociedade preconiza que a protecção ambiental é da responsabilidade de todos, contudo, poucas pessoas, por sua iniciativa, assumem esse dever. Há na nossa vida quotidiana muitos destes casos que não reflectem a eficácia da educação cívica.

Esses casos ocorridos na nossa vida quotidiana podem demonstrar a falta de civismo dos nossos residentes, pois ainda não atingiram o nível que os académicos definem, não falando então da sua elevação.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Muitos residentes criticam certas falhas grandes na educação, nomeadamente, na educação cívica. O Governo da RAEM tem reforçado a consideração da educação cívica, mas, segundo alguns professores, até à data, a “moral e a educação cívica” ainda não foram incluídas nos manuais escolares dos alunos do ensino secundário complementar. Porquê? Será porque os serviços competentes não puseram em relevo estes temas? Será que não dispõem de um mecanismo para o efeito ou haverá outras razões? Podem esclarecer o



público, detalhadamente?

2. Ao longo dos 15 anos que se seguiram ao estabelecimento da RAEM, a sociedade evoluiu muito e a sua economia encontra-se em rápido desenvolvimento. Porque é que o civismo da população recua ainda? Qual é a resposta da Administração quanto a isto?

19 de Novembro de 2014.

O Deputado à Assembleia Legislativa de Macau,

—
Mak Soi Kun